



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidência da Câmara

GT-EDSUP – Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro

Coordenador: Professor ROBERTO SALLES – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Primeiro Vice-Coordenador: Professor THOMPSON MARIZ – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Segunda Vice-Coordenadora: Professora ANA LÚCIA GAZZOLA – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Relatora: Professora ELIANE SUPERTI – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

PLANO DE TRABALHO

BRASÍLIA, 30 DE MAIO DE 2019

1. Composição

Professor(a)	Instituição
Ana Lúcia Gazzola	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Eliane Superti	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Roberto Salles	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Thompson Mariz	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Coordenador do GT-EDSUP: Professor Roberto Salles (UFF)

Primeiro Vice-Coordenador: Professor Thompson Mariz (UFCG)

Segunda Vice-Coordenadora: Professora Ana Lúcia Gazzola (UFMG)

Relatora: Professora Eliane Superti (UFPB)

Consultores Legislativos: Renato Gilioli e Ricardo Martins

Secretaria do GT-EDSUP: Maristela Sampaio, Karla Andrade e Aline Paulineli

E-mail: gt.edsuperior@camara.leg.br

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala 136-A

Telefones: 3215-8029/3215-8050

2. Introdução e objetivos

O Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro (GT-EDSUP) foi criado pelo Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 29 de março de 2019, que instituiu o colegiado. A reunião de instalação ocorreu em 29 de abril de 2019, às 10h, na Sala de Reunião do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, Anexo I, tendo sido seguida por outras duas reuniões: uma no período vespertino do mesmo dia 29 de abril e a terceira no período matutino do dia 30 de abril de 2019.

A fundamentação de sua constituição baseia-se no fato de que o sistema de educação superior brasileiro, em especial as universidades, são estratégicas para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural no Brasil. As universidades são inquestionáveis líderes na produção de conhecimento e dispõem de qualificado capital humano e intelectual, com implicações decisivas para a construção de uma sociedade do conhecimento no País. O fortalecimento de nossa educação superior é essencial para que

estejamos à altura dos desafios de inserção em um ambiente de criação, de inovação e de integração social de todos os brasileiros na contemporaneidade.

O Grupo de Trabalho foi criado, nos termos de seu ato constitutivo, com as seguintes finalidades: “I - levantar as principais dificuldades enfrentadas na gestão das universidades no país; II - identificar as dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes nos cursos e às atividades de ensino, pesquisa e extensão; III - sugerir soluções aos problemas encontrados, tendo sempre em conta as diretrizes da eficiência, eficácia e economicidade”.

O colegiado pretende estabelecer interlocução aberta com todos os setores da educação superior, destacando a relevância indistinta de todos os atores institucionais, para buscar a superação dos desafios estruturais e conjunturais que têm afetado a educação superior brasileira. Deve-se destacar, ainda, as atuais dificuldades vivenciadas pelo Estado brasileiro, a situação socioeconômica que vivemos, as assimetrias regionais e institucionais do País e os desafios do sistema de educação superior. Esses fatores são fundamentais para que seja possível elaborar diagnóstico dos desafios que a área enfrenta e da situação das instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas.

Diante desses aspectos, os trabalhos deste GT buscarão ouvir os representantes dos diversos setores envolvidos na educação superior e prospectar quais seriam as prioridades para a busca de ações e encaminhamentos (sejam eles atos de competência do Poder Legislativo ou sugestões ao Poder Executivo) capazes de aprimorar nosso sistema universitário, sistematizando as conclusões em Relatório Final.

3. Educação superior no Brasil: perfil e aspectos gerais

De acordo com o Censo de Educação Superior 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), cujos dados referem-se ao ano-base de 2017, há algumas informações relevantes para que se tenha ideia do que representa o sistema de educação superior no Brasil, com seus diversos segmentos.

Há um total de 2.448 instituições de ensino superior (IES), das quais 87,9% são privadas e 12,1% públicas (entre estas últimas, são 4,5% federais, 5,1% estaduais e 2,6% municipais). Por organização acadêmica, 82,5% são Faculdades, 7,7% Centros Universitários, 8,1% Universidades e 1,6% Institutos Federais (Ifets) e Centros Federais (Cefets). O principal indicador do setor, no entanto, é o de matrículas: mesmo sendo menos de 10% das instituições, as universidades compreendem 53,6% das matrículas, ficando em segundo as Faculdades (25%), seguidas dos Centros Universitários (19,2%) e, por fim, Ifets e Cefets (2,2%).

Do total de matrículas (8,2 milhões), 6,2 milhões concentram-se na rede privada (75,3%), enquanto os outros 2 milhões (24,7%) em cursos de graduação de IES públicas. Na rede pública, destes cerca de milhões de matrículas, 85,8% estão concentrados em universidades. Por fim, vale apresentar estatísticas comparando ensino presencial e Educação a Distância (EaD): do total de matrículas, 78,8% são presenciais, enquanto 21,2% são de cursos a distância, sendo que, entre estes últimos, as matrículas estão concentradas na rede privada (90,6%).

A relevância da educação superior como sistema para o País pode ser verificada não apenas pela dimensão que pode ser constatada pelo número de instituições, pela relevância das universidades ou pelas matrículas em cursos de graduação. Ela também pode ser percebida nas normas legais, entre as quais destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 — Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Nele, várias metas tratam especificamente do tema, entre as quais: 12 (elevação de matrículas líquidas para 33% e brutas para 50% na educação superior, “assegurando qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40%” das novas vagas no segmento público), 13 (ampliação da proporção de mestres e doutores), 14 (elevação das matrículas na pós-graduação *stricto sensu*), 16 (formar 50% dos professores da educação básica na pós-graduação), 20 (ampliação do investimento público em educação para um mínimo 7% do PIB desde 2019).

Como estratégias que se pode destacar, a 12.8 menciona a ampliação de estágios como parte da formação de nível superior; a 12.17

ocupar vagas ociosas na rede pública; a 13.7 fomentar consórcios entre IES públicas para potencializar sua atuação regional; a 12.18 estimular a expansão e reestruturação das IES estaduais e municipais de educação superior com vagas gratuitas por meio de apoio federal; a 13.1 aperfeiçoar o Sinaes e fortalecer as ações de avaliação, regulação e supervisão, as quais sofrem, não raro, com descontinuidades indesejadas em seu marco regulatório; a 15.7 “garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares”.

Deve-se, ainda, ressaltar a inequívoca intersecção entre educação básica e superior: não é possível melhorar a primeira sem que sejam formados bons professores em nível superior. Tanto isso é verdade que a Estratégia 13.4 do PNE estabelece a necessidade de ações de melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e das licenciaturas. A Estratégia 15.3 se refere a “ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica”.

A formação continuada também depende, em grande medida, dos saberes, das práticas e da atuação das IES junto aos sistemas de educação básica. A Estratégia 16.1 estabelece o seguinte: “realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Simultaneamente, a progressiva democratização da educação básica (no ensino fundamental, quase todas as crianças e adolescentes são atendidos, mas no ensino médio, ainda é necessário diminuir sensivelmente a evasão dos jovens, sendo o aprimoramento da qualidade um desafio em ambos os casos) sugere que a demanda por educação superior crescerá com o tempo, de modo que as IES precisam também estar preparadas para receber esse público crescente.

No PNE, a inter-relação entre educação superior e básica fica patente, como por exemplo na Estratégia 3.6, que busca a universalização do Enem, entre outros objetivos, para promover maior acesso à educação superior, bem como, na Estratégia 13.6, a substituição do Enade do primeiro ano dos cursos superiores pelo Enem. A Estratégia 11.7 tem como horizonte “expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior”. A Estratégia.

Não se deve deixar de mencionar a necessidade de uma avaliação profunda do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), sendo fundamental uma reanálise das perspectivas para essa etapa da educação superior, de modo a que a década seguinte possa contar com um novo PNPG. A pós-graduação é a ponta de lança que permite o avanço da pesquisa e o aperfeiçoamento dos debates acerca da formação docente, tendo impactos múltiplos ao produzir ciência básica, ciência aplicada e ter o condão de modelar ações e métodos fundamentais para que as licenciaturas possam melhor atender às necessidades da educação básica. Uma entre outras Estratégias do PNE, a 14.13, aponta para “aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas”, IES e ICTs.

Por fim, outras temáticas são essenciais quando se trata de educação superior: a relação entre egressos de cursos de graduação e mercado de trabalho, bem como entre IES e conselhos que fiscalizam a atuação profissional dos formados; a manutenção da perspectiva de contínua formação do sujeito e do cidadão para sua atuação na sociedade; a necessidade de adaptação e aprimoramento dos métodos, dinâmica e práticas constantes nos cursos de educação superior, contemplando as perspectivas apresentadas pelas novas tecnologias e pela EaD; atualização e rediscussão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e trilhas de conhecimento ao longo das graduações; a defesa intransigente da autonomia universitária e do papel da educação superior para o País.

Como se pode notar, é preciso adotar uma visão integradora do sistema educacional como um todo, verificando o papel da educação superior nele e observar as demandas dos diversos segmentos de IES e valorizar a complementaridade entre eles, de modo que possam promover de maneira ainda mais eficiente e eficaz meios que possam contribuir para o desenvolvimento do País.

4. Método de trabalho, roteiro e cronograma

Para a consecução dos objetivos deste Grupo de Trabalho, este Plano de Trabalho prevê a realização de reuniões internas, encontros dos integrantes do GT-EDSUP com representações dos diversos setores ligados às instituições de ensino superior (IES) e, por fim, de elaboração e aprovação de Relatório Final, com sugestões e encaminhamentos recomendados pelos membros à Presidência da Câmara dos Deputados.

As três reuniões iniciais do GT, ocorridas nos dias 29 e 30 de abril de 2019, foram dedicadas à sistematização e detalhamento de uma previsão da dinâmica de trabalho do colegiado. Foi efetuado um primeiro levantamento de entidades que se desejava ouvir, com intenção de convidar seus representantes para participar de debates com os membros do GT.

Deve-se observar que não é possível custear despesas de convidados não membros do GT referentes a viagens para Brasília destinadas à participação em reuniões abertas do colegiado. Por essa razão, considerou-se elaborar lista não exaustiva (que pode ser eventualmente ampliada, se for pertinente e operacionalmente viável) de setores que devem ser ouvidos para que o GT possa se debruçar sobre informações, interpretações e demandas e elaborar seu Relatório Final com recomendações. Ao mesmo tempo, há que se estabelecer interlocução e ouvir os representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como de outros Poderes Públicos (com destaque para o Parlamento), envolvidos com políticas relativas à educação superior. Desse modo, os órgãos e entidades identificados como relevantes para a análise, compreensão e diagnóstico da situação do setor universitário foram os seguintes (sem excluir o acréscimo de outros cabíveis):

- ⇒ MEC – Ministério da Educação
- ⇒ SESu/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
- ⇒ CNE/MEC – Conselho Nacional de Educação
- ⇒ Capes/MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ⇒ MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
- ⇒ Sefae/MCTIC – Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC
- ⇒ CNPq/MCTIC – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ⇒ CE-CD – Presidência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados
- ⇒ Presidência da Subcomissão Permanente de Educação Superior da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados
- ⇒ CEXMEC-CD Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico da Câmara dos Deputados
- ⇒ CEC-SF – Presidência da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal
- ⇒ Aquabio – Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática
- ⇒ ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior
- ⇒ Abrafi – Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades
- ⇒ Anaceu – Associação Nacional dos Centros Universitários
- ⇒ Anup – Associação Nacional das Universidades Particulares
- ⇒ Abruc – Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior
- ⇒ Abraes – Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior
- ⇒ FÓRUM – Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
- ⇒ Abed – Associação Brasileira de Educação a Distância
- ⇒ Crub - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

- ⇒ Andifes – Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
- ⇒ Abruem – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
- ⇒ Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- ⇒ UNE – União Nacional dos Estudantes
- ⇒ ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
- ⇒ SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- ⇒ ABC – Academia Brasileira de Ciências
- ⇒ ABL – Academia Brasileira de Letras
- ⇒ Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- ⇒ Proifes – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
- ⇒ Apufsc – Sindicato das Universidades Federais de Santa Catarina
- ⇒ Atens-SN – Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Ifes
- ⇒ Fasubra – Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras
- ⇒ Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- ⇒ Anfop – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
- ⇒ ABA – Associação Brasileira de Antropologia
- ⇒ ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política
- ⇒ Conselhos Federais de profissões
- ⇒ Chefes de Poderes Executivos e Secretários de Educação e de Ciência e Tecnologia de entes subnacionais

As associações representantes de áreas do conhecimento listadas foram as que buscaram expressamente contato com este Grupo de Trabalho, solicitando participação nos debates, o que não exclui a eventual contribuição de outras congêneres ao longo dos trabalhos.

Para além dos órgãos e entidades mencionados, considerou-se relevante ouvir ex-ocupantes de cargos-chave no Poder Executivo relacionados à educação superior, entre outras personalidades que podem ser convidadas ao longo dos trabalhos, conforme for pertinente:

- ⇒ Ex-Ministros da Educação
- ⇒ Professor Jorge Guimarães (ex-diretor do CNPq, ex-presidente da Capes e ex-Secretário no MCTIC)
- ⇒ Professor Mário Neto (ex-presidente do CNPq)
- ⇒ Professor Abílio Baeta Neves (ex-Secretário de Educação Superior do MEC, ex-presidente da Capes)
- ⇒ Professor Paulo Barone (ex-Secretário de Educação Superior do MEC; ex-integrante e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do CNE)

Como metodologia de trabalho para a participação dos convidados, propõe-se que seja solicitado o envio, prévio a cada apresentação, de documento de no máximo 5 (cinco) laudas tomando como referência algumas questões gerais referentes à temática em pauta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO as dificuldades vivenciadas pelo Estado brasileiro, a situação socioeconômica, as assimetrias regionais e institucionais do País, bem como os desafios estruturais e conjunturais do sistema de educação superior,

Quais seriam, a juízo do segmento representado por sua entidade, as prioridades para a busca de ações e encaminhamentos (sejam eles atos de competência do Poder Legislativo ou sugestões ao Poder Executivo) no que se refere aos seguintes tópicos:

1. *Gestão das instituições de ensino superior (IES)*
2. *Acesso, permanência e sucesso escolar*
3. *Atividades de ensino, pesquisa e extensão (conforme pertinente para o setor)*
4. *Compromissos da educação superior com a educação básica*

Quais as duas principais medidas sugeridas pela entidade para cada desafio identificado?

O intuito desse roteiro orientador dos documentos e da participação dos convidados é identificar desafios comuns a toda a educação

superior, em especial o sistema universitário, mas também detectar problemas específicos dos diversos setores. Será solicitado às entidades que os documentos enviados como resposta não se restrinjam a questões pontuais ou isoladas de órgãos ou instituições específicas, devendo abranger elementos que afetam todo o sistema e cada grande setor. Os documentos enviados serão anexados ao Relatório Final e devidamente publicizados, mas cabe ressaltar que o Relatório Final representará a perspectiva do GT, tomando por base os documentos e posicionamentos dos órgãos governamentais, demais Poderes Públicos e dos convidados que representam entidades do setor para subsidiar a interpretação dos membros do colegiado e, como decorrência, elaborar sugestões e recomendações ao Presidente da Câmara a respeito da matéria.

Os trabalhos referentes às reuniões junto a órgãos governamentais, demais Poderes Públicos e convites de participação em reuniões abertas do GT a representantes de entidades do setor pretendem ser iniciados em 20 de maio de 2019 e, nesse ano, há previsão inicial de que se estendam ao menos até 20 de novembro. Em um primeiro momento, seriam alternadas reuniões internas do GT, reuniões externas em órgãos governamentais e uma apresentação de caráter geral do GT às entidades do setor (20 e 21 de maio de 2019). A partir de junho de 2019, as entidades, subdivididas por setor de atuação, serão ouvidas, em ordem temática a ser estabelecida conforme o desenvolvimento dos trabalhos.

As reuniões abertas do GT para ouvir representantes das entidades serão organizadas prevendo-se 15 (quinze) minutos para a fala de cada representante, seguidos de debate com os membros do GT-IES. O calendário preliminarmente estabelecido prevê trabalhos do colegiado nas seguintes datas, ao longo de 2019: 20 e 21 de maio (Brasília/DF); 3, 4 e 5 de junho (Brasília/DF); 27 de junho (Brasília); 15 de julho (Brasília), 16 e 17 de julho (Belo Horizonte/MG); 18 e 19 de julho (Belém/PA); 12 e 13 de agosto (Rio de Janeiro/RJ); 23, 24 e 25 de setembro (João Pessoa/PB); 28, 29 e 30 de outubro (Goiânia/GO e Brasília/DF); 11 e 12 de novembro (Porto Alegre/RS). Outras eventuais reuniões poderão ser realizadas, ainda, em datas adicionais no fim de 2019. Em 2020, o calendário de reuniões será definido ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

Pretende-se efetuar a segunda etapa do trabalho, qual seja, a sistematização da minuta de Relatório Final em fevereiro e março de 2020. As últimas reuniões serão dedicadas à conclusão do Relatório Final e realização de reunião para deliberar acerca da aprovação do documento, com agendamento da entrega do Relatório à Presidência da Câmara dos Deputados.

O roteiro de trabalho fica sujeito a eventuais alterações, ajustes e aprimoramentos ao longo do desenvolvimento dos trabalhos deste Grupo de Trabalho, se e conforme for necessário.

5. Relatório Final

A elaboração do Relatório Final deste Grupo de Trabalho será pautada pelo registro das atividades a serem realizadas ao longo de sua vigência. O referido Relatório tratará das questões atinentes aos desafios e perspectivas de nossa educação superior pública, em especial no que se refere ao sistema universitário brasileiro. Apresentará recomendações e encaminhará conclusões à Presidência da Câmara dos Deputados, em prazo não superior ao determinado pelo Ato da Presidência da Câmara de 29 de março de 2018 que instituiu este GT-EDSUP, segundo o qual o colegiado tem prazo de até 1 (um) ano, a contar da data de sua reunião de instalação (29 de abril de 2019) para a conclusão de seus trabalhos.

Brasília, 30 de maio de 2019.

PROFESSOR ROBERTO SALLES

Coordenador

PROFESSORA ELIANE SUPERTI

Relatora